

Resumo do texto T5: A realidade da cultura – Regis de Moraes

Larissa Coggo / Nº USP: 8968310

Com contribuições dos grupos e do professor

O autor inicia seu texto considerando que cultura é uma herança que todos os indivíduos recebem ao nascer e, através da analogia entre cultura e herança, afirma que o legado cultural é capaz de condicionar o modo de viver do indivíduo. Porém, a cultura está sujeita a mudanças. Assim, o autor afirma que “o homem é o pai de suas próprias obras e, ao mesmo tempo, é filho delas.”

Nesta linha de raciocínio, a vida cultural é considerada uma dialética entre liberdade e condicionamento. De acordo com as proposições de Kluckhohn (1963), a cultura possui um poder organizacional, é capaz de acumular conhecimentos e promove a previsibilidade em relação ao que esperamos dos outros e o que os outros esperam de nós.

A cultura não é considerada uma somatória de ações e pensamentos individuais, mas uma síntese, ou seja, é a “integração dos particulares através de articulações tais que instaurem a possibilidade de uma configuração unitária”. Assim, o resultado da síntese é uma realidade cultural mais ampla e peculiar.

O vocábulo cultura é utilizado desde o mundo antigo. Contudo, desde a Antiguidade sofre alterações. Na Era Medieval, cultura era um privilégio das classes ligadas aos estudos, particularmente os monges e os universitários. No Renascimento, cultura se associa à valorização do “bem falar e o bem escrever”. No contexto Enciclopedista, o que domina a noção de cultura é uma falsa ilusão de que o homem pode tudo saber no universo. No século XIX com as correntes evolucionista e positivista, o conceito de cultura e civilização são colocados em questão por apontarem, em dado momento, para coisas distintas, dado momento, para coisas idênticas.

De toda maneira, é com a antropologia que o conceito de cultura se definiu como “a forma própria de um povo viver”, a partir do fim do século XIX, deixando claro que todos os povos têm cultura. Comparado nesta evolução as primeiras definições de cultura com aquelas antropológicas, convém realçar que o conceito deixou de ser seletivo para se tornar universal da humanidade.

Alguns antropólogos, como Raph Linton (1967), acreditam que esta demora na definição do conceito de cultura é consequência do modo com que ela está presente no cotidiano humano, chegando até ser considerada como uma segunda natureza do homem. Dessa forma, para se reconhecer a existência de algo que faz parte de nós mesmos necessitamos de fortes choques de contrastes.

A filosofia da cultura depende da definição deste conceito, sendo responsável por analisar e avaliar o grau de “consciência de si” que o indivíduo alcança, em sua forma de sobreviver, de desenvolver seu convívio social e também de exprimir suas aventuras.

Para nossos propósitos, é útil mencionar que a definição de um conceito científico de cultura, por Edward B. Tylor, segundo o qual “cultura é parte do ambiente feita pelo homem”. Tanto o conceito científico de cultura quanto a filosofia sobre a cultura permitem destacar o interesse pela universalidade da cultura e pela necessidade de todo homem em erigir seus valores.

Ao pensar sobre a necessidade da criação de cultura, o autor menciona que o ser humano é racional com um aparato genético repleto de complexas virtualidades que se desenvolverão em grande medida de acordo com a sociedade na qual o indivíduo está inserido. O ser humano não possui em seu aparato genético uma especialização para a vida social, como abelhas e cupins. A evolução biológica levou o homem a uma capacidade cerebral sem equivalentes. Com esta alta capacidade de aprendizagem e de assimilação de conhecimento, o homem, diferente dos outros animais, não se adapta ao meio, à natureza, mas faz o oposto: transforma a natureza às suas necessidades. O desenvolvimento das capacidades cerebrais está associado às características anatômicas humanas constituídas com a evolução biológica: postura ereta, que permite liberar as mãos (bem como a existência dos polegares, o que facilita o uso de ferramentas) e a estrutura mecânica da dicção, ou seja, a capacidade de falar e, assim, comunicar-se.

O pleno desenvolvimento das capacidades cerebrais depende do adestramento, da educação, da socialização, o que permite alcançar a “plenificação humana”. O que falta ao homem em especialização genética lhe sobra em inteligência e criatividade, o que possibilita a criação de culturas tão diversificadas. Cada sociedade tem sua particular cultura (valores, religiões e visões do ser humano e do mundo). Todas as sociedades são diferentes e igualmente ricas em sua diversidade.

O autor justifica o uso do termo “plenificação humana” afirmando que o indivíduo nasce “dotado das faculdades específicas ao animal simbólico”, basta que elas sejam potencializadas. Para ilustrar a situação, apoia-se em Sartre quando afirma que ao se plantar ervilhas sabemos o que vamos colher. Contudo, ao “plantar” um ser humano em um ventre teremos uma expectativa grande do que será o indivíduo, mas potencialmente existem inúmeras possibilidades para a aventura humana. Nesta ótica, criar cultura promove o plenamente humano.

Regis Moraes menciona o conceito de cultura de Darcy Ribeiro (1985) que se estabelece em três sistemas: o sistema adaptativo o qual trata das relações entre o homem e a natureza e foca no modo de sobrevivência; o sistema associativo que trata das relações intersubjetivas e das organizações e; por fim, o sistema ideológico que trata da expressão do homem através da religião, arte, filosofia e ciência.

Enfim, a cultura pode ser concebida como uma rede de signos (símbolos) muito rica em significados e na qual circula sentidos. Essa circulação de sentidos implica numa relação dialética entre valor e valoração: a aplicação constante de valorações redefine conseqüentemente valores, que são transformados de acordo com as mudanças históricas. Assim, os valores não são eternos, mas sim precários, susceptíveis de transformação. Furter (1973) contesta certas “filosofias dos valores” que tentam, de maneira totalitária, submeter as pessoas a “valores perenes” cuja essência precede qualquer valoração. Do mesmo modo, este autor se opõe à objetivação absoluta dos valores, pois definir os valores como fatos absolutamente objetivos é tão totalitário quanto considerá-los eternos. Considera ainda o processo de valoração mais importante que os valores porque é ele quem os cria e os renova. Assim, a cultura, entendida como a “forma de viver”, está tanto ligada a uma herança cultural, erigida em componentes mais estáveis, como também às suas transformações, considerando seu caráter mutável.

FURTER, Pierre (1973), *Educação e vida*, Petrópolis: Ed. Vozes, 5ª edição.

KLUCKHOHN, Clyde (1963), *Antropologia: um espelho para o homem*, Belo Horizonte: Editora Itatiaia.

LINTON, Ralph (1967), *Cultura e personalidade*, São Paulo: Ed. Mestre Jou (Trad. De Oscar Mendes).

RIBEIRO, Darcy (1985), *Teoria do Brasil*, Petrópolis: Ed. Vozes.